

Guia Prático:

Pescadores Artesanais

Programas de apoio, benefícios e regras

Michele Custódio Lima

Vinícius Albano Araújo



UFRJ

2025



Copyright © 2025 – Todos os direitos reservados. Lei nº 9.610/1998 dos Direitos Autorais do Brasil. Conforme determinação legal, essa obra não pode ser plagiada, reproduzida ou divulgada sem a autorização de seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a ISBD

L6286g Lima, Michele Custódio; Araújo, Vinícius Albano

Guia Prático para Educomunicadores Ambientais / Michele Custódio;
Vinícius Albano Araújo. São Carlos : Editora Scienza, 2025.

18p. ; il. cor

ISBN – 978-65-5668-245-7

DOI – <http://dx.doi.org/10.26626/9786556682457.2025B0001>

1. Pesca artesanal. 2. Gestão pesqueira. 3. Políticas públicas.
4. Sustentabilidade. I. Autor. II. Título.

CDD 333.72

meio ambiente, conservação e proteção

Elaborado por Editora Scienza

Índice para catálogo sistemático:

1. Meio ambiente, conservação e proteção 333.72



Rua Coronel Domingos Marino de Azevedo, 85 – Boa Vista – CEP 13575-008 – São Carlos, SP

(16) 9 9285-3689



www.editorascienza.com.br | gustavo@editorascienza.com

Prefácio

A escassez de políticas públicas voltadas para a pesca artesanal e o perfil socioeconômico dos pescadores, muitas vezes em vulnerabilidade no entorno da Lagoa de Araruama, situada no estado do Rio de Janeiro, reflete na existência de conflitos associados à falta de fiscalização, planejamento econômico e a desinformação das políticas sociais existentes para subsidiar a gestão pesqueira.

No Brasil, existem diferentes grupos de políticas públicas direcionadas ao pescador artesanal:

- (1) Políticas Públicas Pesqueiras: usadas pelo governo para regulamentar e/ou constituir a atividade pesqueira, tal como a Lei nº 11.959/2009;
- (2) Políticas de Regulamentação Pesqueira: administram a exploração dos recursos pesqueiros de forma racional;
- (3) Políticas Públicas de Promoção à Pesca: incentivam o desenvolvimento da atividade pesqueira;
- (4) Políticas Públicas Sociais: visam a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da pesca artesanal, a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar;



Prefácio

Este Guia Prático foi desenvolvido para auxiliar pescadores artesanais na consulta das políticas públicas que asseguram direitos a esta atividade.

Este trabalho foi elaborado como um produto do Programa de Pós-graduação Profissional em Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento/PPGProasd, do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade/NUPEM da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de um compromisso da Universidade Pública do Brasil em desenvolver mecanismos que contribuam para políticas públicas socioambientais que favoreçam o uso mais sustentável dos recursos naturais.

Autores



Michele Custódio Lima

Graduada em Direito

Mestra em Ciências Ambientais

PPGProasd/UFRJ

Vinícius Albano Araújo

Biólogo, Doutor em Entomologia

Professor Associado/UFRJ

Produtor gerado como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento PPGProasd, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ



2025





Sumário

1. Legislação Federal

1.1 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar...	06
1.2 Subvenção Econômica ao Óleo Diesel.....	07
1.3 Seguro-Desemprego durante o Defeso.....	07
1.4 Programa Financiamento da Frota Pesqueira.....	07
1.5 Monitoramento de Embarcação (PREPS).....	08
1.6 Colônias e Federações de Pescadores.....	09
1.7 Política Nacional de Desen. Sustentável da Aquicultura e Pesca.....	09
1.8 Programa de Apoio à Conservação Ambiental.....	10
1.9 Programa Povos da Pesca Artesanal.....	10

2. Legislação Estadual

2.1 Fechamento da Pesca na Lagoa de Araruama.....	11
2.2 Regras de Pesca para Diferentes Espécies.....	11
2.3 Cadastro e Relatórios de Atividades.....	12

3. Legislação Municipal

3.1 FIPAC – Fundação do Instituto Pesca de Arraial do Cabo.....	13
3.2 Programa Gira Renda Cabista.....	14
• Documentos necessários para exercer a atividade pesqueira.....	15

1. Legislação Federal

1.1 PRONAF -

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Lei: Resolução n° 2191/95 – Banco Central

O PRONAF é um programa que ajuda a financiar atividades de agricultura familiar e pesca artesanal, através da Caixa Econômica Federal.

Com ele, você pode obter crédito com condições especiais para melhorar sua produção na atividade pesqueira.



1. Legislação Federal

1.2 Subvenção Econômica ao Óleo Diesel

Lei nº 9.445/97

e Decreto nº 7.077/10

Se você usa embarcações pesqueiras, tem direito a um desconto no preço do óleo diesel, o que ajuda a diminuir os custos da sua pesca.

1.3 Seguro-Desemprego durante o Defeso

Lei nº 10.779/03

Durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para proteger os peixes, você pode receber o seguro-desemprego, garantindo uma renda nesse período.



1. Legislação Federal

1.4 Programa Financiamento da Frota Pesqueira

Lei nº 10.849/04 e Decreto nº 5.474/05

Esse programa oferece financiamento para modernizar e ampliar sua embarcação, ajudando a melhorar a eficiência do seu trabalho na pesca.

1.5 Monitoramento de Embarcações (PREPS)

Lei: Instrução Normativa nº 2/2006

O PREPS é um programa que rastreia embarcações pesqueiras por satélite. Isso ajuda a garantir que a pesca seja feita de maneira sustentável e dentro das regras.



1. Legislação Federal

1.6 Colônias e Federações de Pescadores

Lei nº 11.699/08

Esta lei organiza e apoia as colônias, federações e a confederação nacional dos pescadores, fortalecendo a representação de vocês, pescadores.

1.7 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca

Lei nº 11.959/09

Essa lei define as regras para o desenvolvimento sustentável da pesca, garantindo que a atividade seja feita de forma a preservar o meio ambiente.



1. Legislação Federal

1.8 Programa de Apoio à Conservação Ambiental

Lei nº 12.512/11

Esse programa apoia a conservação ambiental e incentiva atividades sustentáveis, o que inclui a pesca artesanal.

1.9 Programa Povos da Pesca Artesanal

Decreto nº 11.626/23

Este decreto cria um programa para desenvolver políticas públicas que defendem e fortalecem as comunidades de pescadores artesanais em todo o Brasil.



2. Legislação Estadual

2.1 Fechamento da Pesca na Lagoa de Araruama

Lei: Portaria SAP/MAPA n° 1217/2022

Esta portaria define os períodos em que a pesca é proibida na Lagoa de Araruama para proteger as espécies locais.

2.2 Regras de Pesca para Diferentes Espécies

Leis: Diversas Portarias SAP-MAPA de 2022

Existem portarias que definem as regras para a pesca de camarões e outras espécies, incluindo os períodos de defeso (quando a pesca é proibida) e as normas de monitoramento.



2. Legislação Estadual

2.3 Cadastro

Relatórios de Atividades

Leis: Instruções Normativas IBAMA

n° 22/2021 e n° 13/2021

Você precisa estar inscrito no Cadastro Técnico Federal para atividades que possam causar impacto ambiental e enviar relatórios anuais sobre sua atividade.

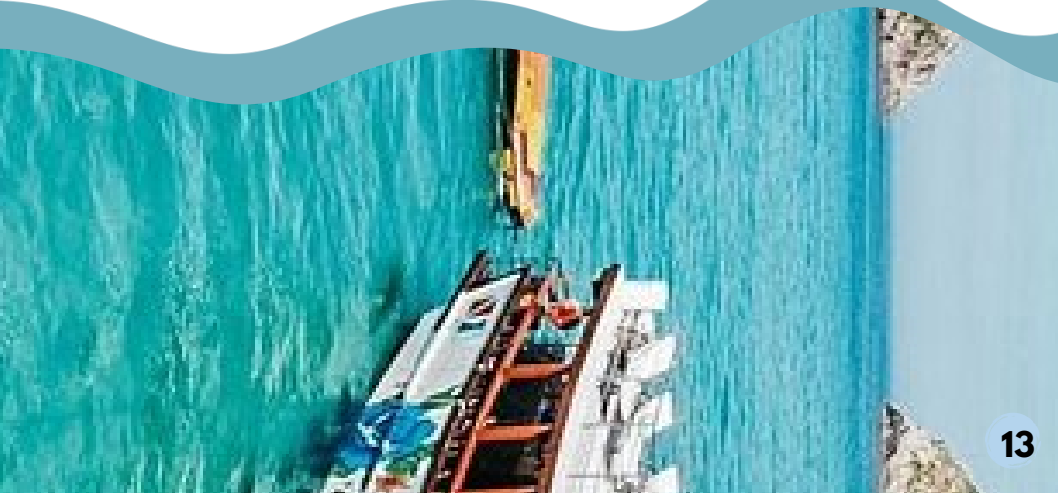


3. Legislação Municipal

3.1 FIPAC – Fundação do Instituto Pesca de Arraial do Cabo

**Lei nº 966/1995, substituindo a
Superintendência de Apoio à Pesca**

Esta lei constitui a Fundação – Instituto Pesca de Arraial do Cabo, tem como objetivo promover a atividade pesqueira produtiva e racional, bem como a valorização social do pescador artesanal.



3. Legislação Municipal

3.2 Programa Gira Renda Cabista Lei nº 2.292/2021 e Decreto nº 3.291/21

Este programa oferece uma ajuda financeira para as famílias de Arraial do Cabo, incluindo os pescadores artesanais, especialmente nos períodos de menor atividade.



Documentação

Com intuito de evitar multas, promover o acesso aos programas sociais e benefícios e ampliar o comércio, é indispensável manter-se com a documentação regularizada.

Documentos necessários junto aos órgãos emissores para exercer a atividade pesqueira:

*** RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira
Secretaria de Aquicultura e Pesca;**

- * Cadastro de pescador - Secretaria de Aquicultura e Pesca;**
- * Caderneta de inscrição e registro - Marinha;**
- * Permissão de pesca por espécie - IBAMA;**
- * Licença de pescador do órgão ambiental;**
- * Licenças ambientais do órgão ambiental;**
- * Permissão de pesca por modalidade - Marinha do Brasil;**
- * Registro da embarcação - Marinha do Brasil;**
- * Rol de equipagem - Capitania dos Portos - Marinha do Brasil;**

Guia Prático:

Pescadores Artesanais

Programas de apoio, benefícios e regras

Este guia foi feito para ajudar você, pescador artesanal, a entender melhor as leis que impactam seu trabalho.

Seguindo essas orientações, você pode se beneficiar dos programas disponíveis e praticar a pesca de forma sustentável e dentro da legalidade.

Produto Técnico



Programa de Pós-graduação Profissional Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento PPGProasd

